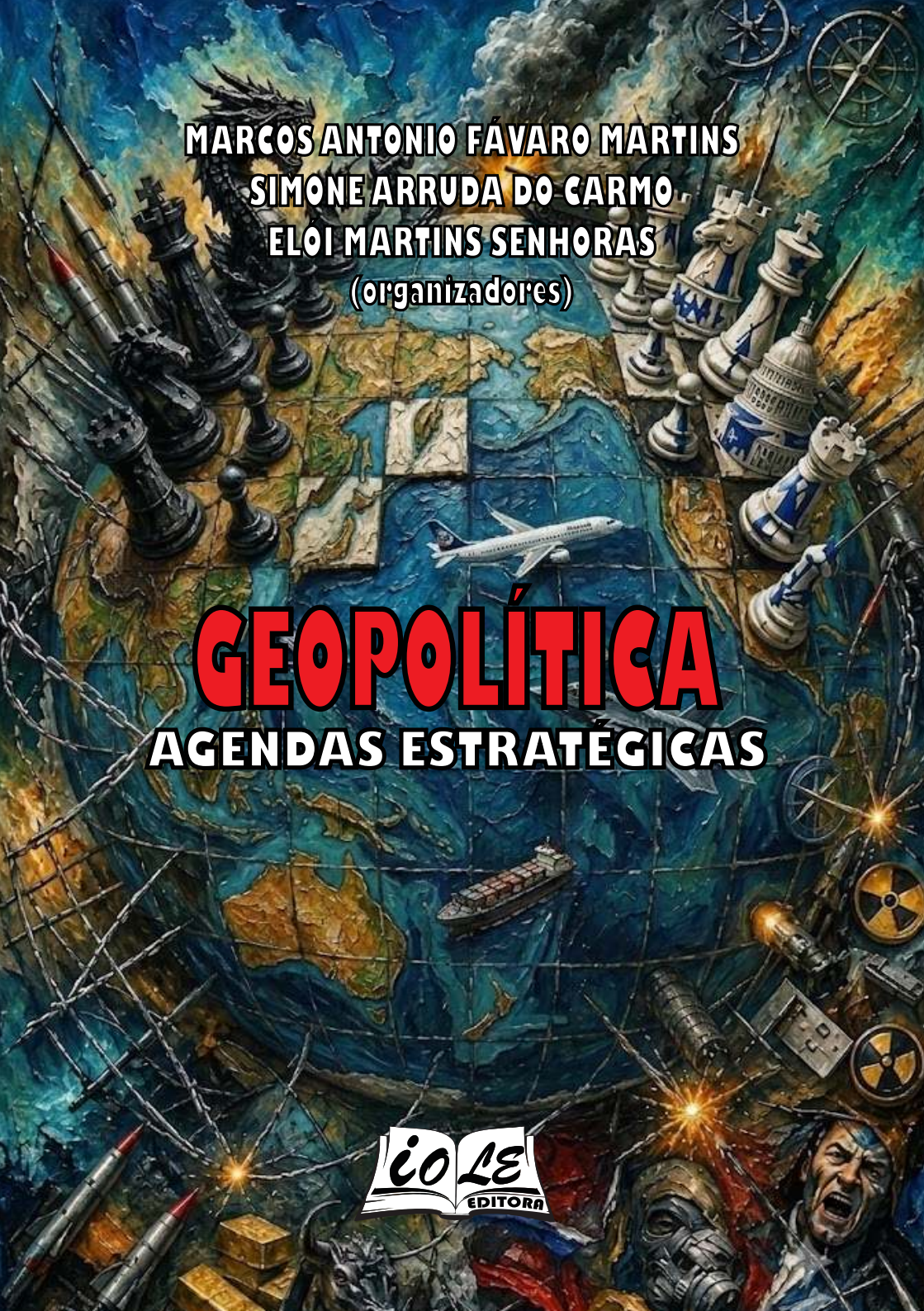
MARCOS ANTONIO FÁVARO MARTINS
SIMONE ARRUDA DO CARMO
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

GEOPOLÍTICA

AGENDAS ESTRATÉGICAS



EDITORA

GEOPOLÍTICA

Agendas Estratégicas

GEOPOLÍTICA

Agendas Estratégicas

MARCOS ANTONIO FÁVARO MARTINS
SIMONE ARRUDA DO CARMO
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2026

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Geane Ribeiro Silva Monteiro

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Ma3 MARTINS, Marcos Antonio Fávaro; CARMO, Simone Arruda; SENHORAS, Elói Martins (organizadores).

Geopolítica: Agendas Estratégicas. Boa Vista: Editora IOLE, 2026.

Série: Geografia. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-979656-9-4

1 - Estudos de Caso. 2 - Geografia. 3 - Geopolítica. 4 - Teoria.
I - Título. II - Martins, Marcos Antonio Fávaro. III - Geografia. IV - Série

CDD–900

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.
O presente livro contou com avaliação às cegas no sistema double-blind-review.

EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazer contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2026

CAPÍTULO 3

Geografia das Relações Internacionais:
Fundamentos Epistemológicos no Realismo

GEOGRAFIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS NO REALISMO

Edilson Adão Candido da Silva[1]

O presente texto busca realizar uma aproximação epistemológica entre a Geografia e as Relações Internacionais (RI) por meio de autores clássicos, neoclássicos e contemporâneo do Realismo e que apresentaram reflexões teóricas acerca da política internacional. Geografia e Relações Internacionais estreitam suas ligações nessa temática ao debruçarem sobre categorias analíticas inseridas na conjuntura internacional: a primeira, ao território e espaço internacional, a outra ao sistema internacional.

O caminho escolhido para tal reflexão foi uma releitura da escola realista da Teoria das Relações Internacionais, por muitos considerada a principal escola do pensamento internacionalista e que se contrapôs na primeira metade do século XX ao idealismo e na segunda à escola da teoria da interdependência complexa, sua principal interlocutora.

Parte-se do pressuposto de que Geografia e Relações Internacionais encontram-se em patamares distintos: a primeira, uma ciência consolidada e sistematizada; a outra um campo de estudo subjacente à Ciência Política e cujo *status* científico é motivo de intenso debate no seio da comunidade científica das ciências sociais. De pronto esclarecemos que não é o escopo desse trabalho enveredar pelo debate sobre a condição de cientificidade ou não das RI, o que demandaria largo espaço que aqui não possuímos e cujo cabedal

[1] Mestre em Ciências. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: edilsonadao@gmail.com

demandaria acentuado esforço que não se faz possível num trabalho desse porte. O objetivo do artigo é a busca de uma interlocução epistêmica entre as duas disciplinas que em grande parte se fundamentam em princípios do realismo, mesmo que, muitas vezes, de forma controversa.

Geografia e Relações Internacionais atravessaram todo o século XX sistematizando o arcabouço teórico de seus respectivos princípios e em muito apresentando similaridades históricas e pontos convergentes de preocupação quanto aos objetos: o espaço internacional e o sistema internacional.

O texto pode ser dividido em três partes. Inicialmente abordamos o realismo clássico a partir da contextualização das condições conjunturais na Grécia antiga que levaram Tucídides a produzir a primeira obra reconhecidamente sobre relações internacionais ao narra a Guerra do Peloponeso e as condições em política de segurança há época. Em seguida revisitamos Nicolau Maquiavel e suas premissas sobre a segurança do Estado e a luta perpétua pela sua existência, para isso fazendo se valer dos métodos necessários à sobrevivência do Príncipe. Hobbes e a desconfiança da natureza humana compõe a terceira seção dessa primeira parte. Para esse autor a convivência humana é permeada de desconfiança e conflito e esse é o pilar central do realismo: um sistema internacional permanentemente conflituoso.

A segunda parte do artigo se ocupa dos três principais autores estruturadores da escola de pensamento realista: Edward Carr, Hans Morgenthau, Raymund Aron que contribuíram decisivamente para a fundação das Relações Internacionais.

A terceira parte está centrada nos trabalhos de Kenneth Waltz, o fundador do neorrealismo (ou estruturalismo). Aqui é inevitável uma retomada de Morgenthau e Aron, pois, somados a Waltz, cada qual contribuiu decisivamente com suas respectivas

propostas para leitura da política internacional e do jogo de equilíbrio de poder e da força vigente no sistema internacional. O poder global tão referendado pela Geografia e Relações Internacionais tem nessa perspectiva de análise conjuntural da política internacional desses três autores a pedra angular de suas análises geopolíticas.

A metodologia utilizada para a construção teórica do artigo é a revisão bibliográfica e o objetivo do presente texto é fornecer subsídios para o ponto de intersecção entre as duas áreas, cuja interlocução se faz, sobretudo, pela geopolítica, disciplina indissociavelmente atrelada às relações de poder mundial e foco de análise das duas componentes curriculares acadêmicas.

O REALISMO E A HISTÓRIA DO PENSAMENTO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O realismo como escola de pensamento, não é uno. Ao contrário, é bastante díspar e, inclusive, difícil rotulá-lo como pensamento único diante da diversidade de seus propósitos e pensadores. No entanto, em todos eles, é possível perceber um elemento comum: a centralidade do Estado como ator hegemônico nas relações internacionais, o conceito catalizador.

Apesar do amplo leque de autores e perspectivas, genericamente podemos reconhecer algumas premissas básicas dessa escola, sendo as mais comuns: a) o reconhecimento do sistema internacional como um meio anárquico diante da ausência de uma autoridade soberana que detenha o monopólio do uso da força nas relações internacionais; b) uma leitura pessimista quanto à natureza humana, logo, uma perspectiva hobbesiana; c) a dimensão conflitiva das relações internacionais pautadas numa incessante disputa pelo

poder; d) segurança e sobrevivência do Estado como objetivo máximo e primeiro.

Segundo Jackson e Sorensen (2003),

> O núcleo normativo do realismo é a segurança nacional e a sobrevivência estatal: são valores que impulsionam a doutrina e a política externa realistas. O Estado é considerado essencial para a vida de seus cidadãos, para garantir os meios e condições de segurança [...]. O Estado é, portanto, visto como protetor de seu território, de sua população e do seu modo de vida distinto e valioso.

Lembramos, contudo, que outras escolas de pensamento enfocaram o meio internacional com igual maestria por meio de outros pressupostos. A própria escola liberal (ou interdependência complexa) dedica maior ênfase aos organismos dentro de uma perspectiva de crença no cooperativismo se sobrepondo ao passo conflitivo refutando a linha hobbesiana do realismo. O que afirmamos de forma segura é que o realismo norteou os debates ocorridos entre as demais escolas: frequentemente o que se assiste nas demais doutrinas que questionam a hegemonia realista é um diálogo entre a escola missivista e o realismo, seja a interdependência complexa, o construtivismo ou o marxismo.

Desde a sistematização das Relações Internacionais como disciplina no início do século XX, o realismo tem sido a escola de pensamento hegemônica. Ele está estruturado em três partes bem delimitadas. O realismo clássico que tem sua base em três pensadores de épocas distintas: Tucídides, Maquiavel e Hobbes. O realismo neoclássico que surgiu na primeira metade do século XX com Edward Carr, Hans Morgenthau e Raymond Aron, seus principais protagonistas. O neorrealismo, quando Kennethy Waltz

redireciona a escola ao final dos anos 1970 e posteriormente, John Mersheimer. É sobre essa história do pensamento do realismo nas relações internacionais que tratam as próximas linhas.

O REALISMO CLÁSSICO

Tucídides, Maquiavel e Hobbes são reconhecidos como realistas clássicos, em que pese os três pensadores não serem exclusivos da área das Relações Internacionais. Considera-se, no entanto, que esses autores tenham lançado as bases daquilo que convencionou-se designar como relações internacionais, sendo Tucídides, o pioneiro, ao narrar a clássica Guerra do Peloponeso.

Tucídides foi um teórico da guerra que antecedeu a Clausewitz. Na Grécia antiga, o historiador documentou a guerra entre Esparta e Atenas (431-404 a.c.) que levou à decadência grega e a ascensão romana. Esparta saíra vencedora desse longo conflito, mas não reuniu as competentes condições que permitiu a Atenas exercer longo domínio grego. O historiador com seu clássico "A guerra do Peloponeso" registrou fielmente, segundo os historiadores, os aspectos dessa histórica contenda e detalhou os momentos daquelas relações de Estado, sendo, desta forma o primeiro analista de relações internacionais da história. Bom frisar que além de narrar ele também fez parte da história peloponesa, pois foi um militar vencido quando no exílio escreveu sua obra composta por oito livros e inúmeros pequenos capítulos que somam 917. Morreu antes de concluí-la.

É por meio da obra de Tucídides que se tem notícia das primeiras alianças em defesa e segurança coletiva da história, inicialmente, com a Liga do Peloponeso que compreendia diversas cidades-estados, dentre elas, Esparta e Atenas, contra as invasões

persas, num complexo emaranhado de segurança coletiva que dividiria a Grécia em dois blocos opostos. A liderança militar competia à Atenas com a aceitação de Esparta em prol de um inimigo comum, os persas. Porém, os desentendimentos que se seguiram entre as duas após as vitórias contra os invasores, levou Atenas a fundar uma segunda liga militar, a Liga de Delos, enquanto a liderança da Liga do Peloponeso passaria à Esparta, ensina Tucídides (TUCÍDIDES, 2001). Os desentendimentos entre os dois sistemas de segurança, levaria a prolongada Guerra do Peloponeso, com a vitória final da aliança militar liderada por Esparta. A obra traz em detalhes os bastidores do longo conflito e as diversas estratégias.

O ambiente territorial da Guerra do Peloponeso. No século V A.C. a ordem multipolar conduzida pelas duas grandes potências da época, Atenas e Esparta e outras potências menores, como Corinto. Esferas de influência e alianças conjunturais antecederam a eclosão do conflito que levou ao enfraquecimento das duas potências maiores. Nesse contexto surgia a prima obra teórica de Relações Internacionais com Tucídides.

Momentos antes da eclosão dessa histórica guerra, o equilíbrio de forças ditava o cenário político da Grécia dos anos 430 a.c. Nos dizeres de Jaguaribe,

> Um sistema de alianças em que a potência hegemônica de cada bloco não podia consentir que um de seus aliados viesse a ser dominado por força do outro bloco ou simplesmente agredido pela outra potência hegemônica (JAGUARIBE, 2001).

Traçando uma analogia, séculos após nos arredores temporais que viriam culminar, inclusive, na criação das Relações Internacionais como disciplina acadêmica, similar à essa complexa

teia de alianças militares que se formou na Grécia antiga, assim como Corinto esteve para Esparta, sua aliada, a Sérvia, igualmente, esteve para a Rússia no contexto da Primeira Guerra Mundial. Atenas, seria como a Alemanha quando aquela atacou Corinto e Esparta reagiu. Lembremos que foi o Império germânico quem declarou o início da Grande Guerra por meio de um diplomata em lágrimas que pedia à Rússia que não intercedesse em prol da Sérvia quando o Império Austro-húngaro decidiu vingar a morte do arquiduque Ferdinando. Tal qual acontecera na Europa em 1914, na Grécia antiga havia uma complexa teia de alianças efêmeras.

Também como em 1914 quando ninguém desejava a eclosão da Guerra, em 431 a.c. as duas potências tentavam evitar a todo custo o início do confronto armado por meio de aliados de menor expressão, mas os acontecimentos dentro do complexo sistema de alianças e interesses fugiram do controle das duas potências quando Corinto, aliado de Esparta se envolveu em batalhas menores, mas que agrediam o interesse de Atenas que respondeu. A Guerra foi inevitável, aliás, como sabia e previa Péricles, líder ateniense. São detalhes de um mundo longevo, mas que subsidiam a compreensão metodológica sobre a orquestração de alianças em defesa e segurança, um dos principais temas atuais das Relações Internacionais.

Tucídides narra com a clareza de quem testemunhou os episódios e o que o levou a ser considerado o primeiro realista das relações internacionais. Apresentou uma forma pragmática de encarar com naturalidade a desigualdade de forças existente entre os impérios da época naquele contexto de disputa na região que, mais tarde, a história convencionaria designar como “Grécia”. Em sua visão, Atenas, Esparta e o Império Persa eram as grandes potências da época e as demais cidades-estados deveriam se conformar com sua inferioridade, dizia o historiador. No futuro, muitos o seguiriam com essa perspectiva de pensamento. Para citar um exemplo entre

nós, Golbery do Couto e Silva. Aliás, diga-se, esse geopolítico brasileiro sempre leu a geopolítica e a história a partir de um constante antagonismo bipolar na confrontação do poder mundial desde épocas longevas das civilizações.

A fidelidade aos fatos desse episódio histórico que é considerado o marco inicial das relações internacionais é uma assinatura de Tucídides:

> Segundo as minhas pesquisas, foram assim os tempos passados, embora seja difícil dar crédito a todos os testemunhos nesta matéria. Os homens, na verdade, aceitam uns dos outros relatos de segunda mão dos eventos passados, negligenciando pô-los à prova [...]. Quanto aos fatos da guerra, considerei meu dever relatá-los, não como parecia provável, mas somente após investigar cada detalhe com o maior rigor possível, seja no caso de eventos dos quais eu mesmo participei, seja naqueles a respeito dos quais obtive informações de terceiros. O empenho em apurar os fatos se constituiu numa tarefa laboriosa, pois as testemunhas oculares de vários eventos nem sempre faziam os mesmos relatos a respeito das mesmas coisas, mas variavam de acordo com suas simpatias por um lado ou pelo outro, ou de acordo com sua memória. Pode acontecer que a ausência do fabuloso em minha narrativa pareça menos agradável ao ouvido, mas quem quer que deseje ter uma ideia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará minha história útil e isso me bastará. O acontecimento mais importante dos tempos passados foi a guerra com os persas, e, todavia, foi decidida em dois combates navais e duas batalhas terrestres. Mas a guerra do Peloponeso estendeu-se por longo tempo, e no seu curso a Hélade

> sofreu desastres como jamais houvera num lapso de tempo comparável[2] (TUCÍDIDES, 2001).

O livro de Tucídides é um tratado teórico da guerra e nos ensina que cada guerra deve recolher-se ao contexto de sua época: a estratégia que valeu para o Peloponeso necessariamente não valeria para 1914, apesar da semelhança na confluência de alianças militares. Na arte da guerra, estratégias são acompanhadas de erros e acertos, mas muitas vezes ignoram o imponderável que surpreendem os estrategistas, basta ver o cálculo correto de Péricles de Atenas ao minimizar a capacidade espartana por considerá-la pobre e agrária e sem condições financeiras de resistir por longo tempo ao conflito, sem saber, no entanto, que seria abatido pela grande peste da época que dizimou 25% da população ateniense à época (TUCÍDIDES, 2001). Este fato mudaria o curso da guerra e da história daquela região.

O segundo autor do realismo clássico é Nicolau Maquiavel. A influência maquiavélica na teoria realista das Relações Internacionais diz respeito à necessidade primeira de um Estado, sua sobrevivência, base conceitual do realismo. Dessa forma, o príncipe deve saber portar-se com firmeza, mas também saber hesitar quando necessário e como afirmam Jackson e Sorensen (2007), o meio internacional é constantemente perigoso, mas igualmente, gera oportunidades. Por isso, na perspectiva realista clássica, no meio internacional o Estado deve se antecipar diante dos perigos do mundo, prevenir-se, saber reconhecer os momentos oportunos rapidamente e, se necessário de forma cruel. Nas relações internacionais os Estados fortes desejam, inegavelmente, exercer

[2] Hélade corresponde a parte central da Grécia atual em oposição ao Peloponeso que corresponde a parte peninsular do país. Na época, Atenas era a grande potência da Hélade, enquanto Esparta, do Peloponeso.

poder e para isso devem saber reconhecer o comportamento de seus rivais na permanente disputa que é o anárquico sistema internacional.

E sobre um mundo de conquista, afirma Maquiavel:

> Deve-se notar aqui, que ao apoderar-se do Estado, o conquistador tem de determinar as ofensas que precisa executar e fazê-las todas de uma vez. Assim, poderá incutir confiança nos homens e conquistar-lhes o apoio com benefícios. Quem procede de outro modo, por timidez ou por força de conselhos maus, precisa sempre estar com a faca na mão [...] o bem que fazes não poderá beneficiar-te, pois é considerado forçado, e ninguém agradecerá sua prática (MACHIAVELLI, 1977).

Como dito, a questão central presente no realismo é a permanente preocupação com a sobrevivência do Estado; todo Estado precisa antes de tudo, preservar sua sobrevivência, logo, sua soberania e para isso ele precisa contar exclusivamente consigo próprio. E os realistas entendem que Maquiavel foi o primeiro a produzir tal teoria para tal intento:

> É conveniente que se faça, ao serem examinadas as qualidades [...] se um príncipe possui tanta força em seu Estado que possa manter-se por si mesmo em caso de vir a precisar, ou se necessita do auxílio de terceiros. Para esclarecer bem essa parte, direi que considero capazes de se conservarem, por si mesmos, os príncipes que podem, por abundância de homens e dinheiro, constituir um exército forte e enfrentar qualquer assaltante [...] nada se pode fazer a não ser exortar esses príncipes a tornar forte e bem armado o próprio Estado sem se ocupar do resto. E aquele que

> estiver bem fortificado ... será sempre atacado com hesitação. Os homens são sempre contra empresas em que exista dificuldade; e facilidade não se vê em assalto a quem tem Estado forte e não tem ódio do povo. [...] um príncipe que tenha uma cidade fortificada, e não se faça odiado, não poderá ser atacado e ainda que o fosse, o atacante retornaria de cabeça baixa (MACHIAVELLI, 1977).

A obra máxima de Maquiavel é de uma frieza ímpar e expõe ao extremo o realismo em sua verve mais pura; não necessariamente o realismo típico das Relações Internacionais, mas sim no sentido lato da expressão:

> Não deve, pois, importar ao príncipe a pecha de cruel para conservar seus súditos unidos e com fé, porque, com pequenas exceções, ele é mais piedoso do que os que por excesso de clemência deixam que surjam desordens, das quais podem se originar assassínios ou rapinagens. É que tais consequências prejudicam todo o povo e as execuções vindas do príncipe ofendem um só indivíduo (MACHIAVELLI, 1977).

O realismo político surgido nas relações internacionais no início do século XX bebeu nessa fonte da "perversidade" de Maquiavel em prol de um objetivo maior que é a preservação do Estado, pois o que se tem no sistema internacional é um conjunto de Estados, logo, provavelmente, o Estado rival não hesitará em usar da crueldade e como o que está em jogo são relações de poder, é legítimo que um Estado, se necessário, use da crueldade como artifício político.

Dentro dessa concepção realista maquiavélica de se antecipar a uma ação do Estado rival, pode se entender, por exemplo, a

questionada política de "ataques preventivos" já por nós conhecido e utilizada como tese pela ala realista do partido republicano estadunidense quando da hegemonia dos "falcões" do governo Bush ao impor a política de "guerra ao terror" no início do século e elencarem alguns Estados considerados párias, pertencentes a um "eixo do mal"[3].

Na leitura realista, a obra de Maquiavel justifica algumas ações, uma vez que é patente no texto do filósofo florentino os constantes alertas de prevenção e segurança à proteção do Estado: a possibilidade de um ataque estrangeiro estará sempre à espreita. O príncipe cuidadoso está autorizado a agir em nome da proteção do seu Estado e seus súditos para evitar uma ameaça maior. Guardadas as proporções temporais, parafrasear o "príncipe" ao realista contemporâneo é estar preparado para episódios indesejados.

Obviamente que se trata de uma leitura particular de uma faceta do realismo na mais pura acepção do termo *maquiavélico*. Essa perspectiva é sujeita a crítica, uma vez que, levado ao extremo a leitura do filósofo, que mundo teríamos se Estados assim agissem? Necessário esclarecer que se trata de um embasamento filosófico e metodológico da compreensão de uma escola de pensamento cujos princípios podem ser relevados, mas não descartados. Nesse contexto, convém lembrar que o mais atuante realista da segunda metade do século XX, Henry Kissinger, pediu prudência ao governo Bush nas invasões do Afeganistão e Iraque; não foi ouvido, é verdade.

Estudiosos das escolas de pensamento das relações internacionais os professores Robert Jackson e Georg Sorensen têm uma opinião bastante particular de Maquiavel em relação aos princípios da ética cristã no cenário das relações internacionais: ser pacífico, evitar a guerra, agir apenas para preservar a autodefesa, ser

[3] Na época, Irã, Iraque e Coreia do Norte.

benevolente com o vizinho, compartilhar a riqueza, agir sempre pela boa fé. Para eles,

> Maquiavel considera essas máximas morais o ápice da irresponsabilidade política, uma vez que, para ele, os líderes políticos que agem de acordo com virtudes cristãs estão fadados a fracassar e tudo perderão [...]. A conexão é clara: se um governante não conhece ou não respeita as máximas da política de poder, sua política fracassará, prejudicando também a segurança e o bem-estar de seus cidadãos que são totalmente dependentes dela. Portanto, a responsabilidade política flui em uma direção muito diferente da moralidade particular comum. Os valores prioritários e fundamentais são a segurança e a sobrevivência do Estado, que definirão o rumo da política externa (JACKSON; SORENSEN, 2007)

Tucídides foi o primeiro a expor o realismo como método de análise da história das relações internacionais, embora não de forma sistemática, diga-se, porém Maquiavel é o primeiro realista de fato. Seu arraigamento à realidade efetiva dos acontecimentos em contraponto à utopia, de certa forma antecipa aquilo que Edward Carr posteriormente no início do século XX chamaria de debate entre realismo e idealismo:

> E muita gente imaginou repúblicas e principados que jamais foram vistos e nunca tidos como verdadeiros. Tanta diferença existe entre o modo como se vive e como se deveria viver, que aquele que se preocupar com o que deveria ser feito em vez do que se faz, antes aprende a própria ruína do que a maneira de se conservar (MACHIAVELLI, 1977).

Estabelece-se, portanto, a partir de Maquiavel uma teoria do conflito uma vez que o filósofo renascentista traz em sua clássica obra a marca da animosidade entre os Estados e o realismo enxerga no autor um dos alicerces para embasar o repertório de ações políticas do Estado, uma vez que o mundo é regido por um sistema anárquico e conflituoso. Embora ao longo de sua obra Maquiavel não descarte a tolerância e a convivência com outros Estados, ele nitidamente aponta essa possibilidade para um plano secundário, priorizando sempre, a prevenção e a desconfiança que deve reger a atenção do príncipe.

Tomas Hobbes, um dos maiores teóricos do Estado, completa o terceiro pilar do realismo clássico. A teoria do Estado do filósofo inglês parte de uma premissa básica: a descrença na natureza humana. Para ele, o instinto humano leva a um estado de "todos contra todos", pois cada ser humano é uma ameaça ao próximo, daí a máxima "o homem é o lobo do homem" a qual tomou emprestado da dramaturgia romana. Diante disso configura-se um ambiente humano de permanente estado de guerra, a inconteste realidade competitiva da vida e que só pode ser contida pela presença de um Estado forte e absoluto. Como se sabe, Hobbes foi um defensor do Estado absolutista e da monarquia britânica contra as prerrogativas liberais e democráticas.

No Leviatã, particularmente nos treze capítulos iniciais é sintomático essas premissas pessimistas em relação à condição humana: "assinalo em primeiro lugar, como tendência geral de todos os homens, um perpétuo e irrequieto desejo de poder e mais poder, que cessa apenas com a morte" (HOBBES, 1999).

E mais adiante,

> A natureza dos homens é tal que, [...] dificilmente acreditam que haja muitos tão sábios como eles

> próprios; porque vêm sua própria sabedoria bem de perto, e a dos outros homens à distância. [...] se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo que é impossível ela ser gozada por ambos, eles tornam-se inimigos. E no caminho para seu fim (que é principalmente sua própria conservação, e as vezes seu deleite) esforçam-se por se destruir ou subjugar um ao outro. E contra essa desconfiança de uns em relação aos outros, nenhuma maneira de se garantir é tão razoável como a antecipação; isto é, pela força ou astúcia, subjugar as pessoas de todos os homens que puder durante o tempo necessário para chegar ao momento em que não veja qualquer outro poder suficientemente grande para ameaçá-lo. E isto não é mais do que sua própria conservação exige (HOBBES, 1999).

Para Hobbes a natureza humana é permeada pela discórdia a qual ele encontra três causas: a competição, a desconfiança, a glória. Tal contexto produz naturalmente uma ordem de relação conflituosa:

> [...] a natureza tenha assim dissociado os homens, tornando-os capazes de atacar-se e destruir-se uns aos outros [...] quando (o homem) empreende uma viagem se arma e procura ir bem acompanhado; quando vai dormir fecha suas portas; quando está em casa tranca seus cofres. Que opinião tem ele de seus compatriotas ao viajar armado; de seus concidadãos ao fechar suas portas; e de seus filhos e servidores quando tranca seus cofres? (HOBBES, 1999).

O realismo projeta essa prerrogativa hobbesiana para o meio internacional que é constituído de Estados em busca da garantia da sobrevivência em primeiro lugar e de poder em segundo. Hobbes compara o Estado ao homem que não vive em cooperação natural;

só artificialmente ele faz isso. Os homens não são como as formigas ou as abelhas que cooperam entre si. Essas premissas filosóficas projetadas para o campo das relações internacionais permitem comparar o realismo ao homem hobbesiano e o liberalismo e sua crença nas organizações cooperativas, às abelhas.

Hobbes esclarece que diante dessa difícil e competitiva situação humana o homem busca permanentemente sua sobrevivência em seu desejo e autopreservação. O realismo projetou essa realidade para um de seus principais estamentos teóricos: a razão primeira de um Estado em garantir sua sobrevivência. Como Tucídides e posteriormente Maquiavel, Hobbes escreveu sobre a paz e a guerra afirmando que se deve, sim, quando possível, buscar a paz se há esperança de obtê-la; não havendo, é lícito se preparar e realizar a guerra.

> É dado que a condição do homem é uma condição de todos contra todos, sendo neste caso cada um governado por sua própria razão [...]. Consequentemente, é um preceito ou regra geral da razão que todo homem deve se esforçar pela paz, na medida em que tenha esperança de consegui-la, e caso não consiga poder procurar e usar todas as ajudas e vantagens da guerra. A primeira parte dessa regra encerra a lei primeira e fundamental de natureza, isto é, procurar a paz, e segui-la. A segunda encerra a suma do direito e natureza, isto é, por todos os meios que pudermos, defendermo-nos a nós mesmos (HOBBES, 1999).

Para minimizar essa selvageria retratada a partir da descrença na natureza humana, Hobbes propõe o estabelecimento de contratos e pactos. Contrato é o fim para a convivência pacífica e o pacto é o comprometimento do cumprimento do contrato. O contrato de

Hobbes é diferente daquele que Rousseau idealizaria mais tarde a partir de uma crença de que o homem nasce naturalmente bom e livre, mas o meio o corrompe. Hobbes não pensa assim e sua proposta de contrato deve-se a legitimidade de um soberano absoluto que deverá dessa forma agir para combater o instinto de guerra humana e conservar a vida. O escolhido para exercer o poder máximo por meio do Estado, ou seja, um soberano absoluto, deve ser a referência aos demais. É possível conter esse estágio de ameaça permanente entre os homens e partir para a civilidade por meio do medo que todos têm em perder a própria vida. A garantia de segurança por meio do Estado permite, portanto, afastar as ameaças internas e externas.

Monteiro (1999) é cirúrgico em sua assertiva no prefácio à tradução brasileira da obra de Hobbes: "aí está o que os historiadores chamam de originalidade e novidade do sistema de Hobbes: é partidário do poder absoluto e admite, ao mesmo tempo, o pacto social" (MONTEIRO, 1999, p. 15). O filósofo inglês propõe, portanto, controlar a ânsia mortífera da natureza humana por meio da constituição e organização do Estado e desestimula ao longo da obra a perspectiva da revolução como meio de se alcançar o poder, pois, segundo ele, não é razoável acreditar na organização de um povo por esse meio.

O realismo político inspira-se nessa máxima hobbesiana para refrear a natureza conflitiva das relações internacionais, mas entende que todo acordo um dia termina, ou seja, tratados e organismos são finitos e temporários. Eis o dilema e a causa principal de divergência com aquela escola que mais competiu em importância com o realismo, o liberalismo que joga toda sua crença teórica no fortalecimento das instituições e organizações de cooperação.

O realismo estrutura-se por meio do pensamento hobbesiano sistematizando a organização política e social visando construir um sistema de segurança que evite a máxima de Hobbes de "todos contra

todos". A consciência da necessidade da paz e de se evitar guerras, embora muitas vezes legítimas, pautam o realismo. No entanto, um Estado ao se edificar pautado nessas premissas, cria consequentemente um temor a outros e aí o realismo se depara com a questão da segurança coletiva, um de seus temas. A paz mundial entra no debate e urge o debate da anarquia internacional, pois diferentemente de um Estado e suas questões internas no meio internacional não há algo que se assemelhe ao organismo estatal para impor uma vontade geral e maior que todos, ou seja a premissa básica do realismo é que no meio internacional não existe uma entidade máxima que detenha o monopólio e a legitimidade da força: não há um Estado mundial e nem será possível criá-lo, acredita o realismo.

Segundo Jackson e Sorensen,

> Não se pode escapar do dilema internacional de segurança da mesma forma que há solução para o dilema pessoal de segurança, porque não há possibilidade de se estabelecer um Estado global ou um governo mundial. [...] os Estados soberanos não estão propensos a abrir mão de sua independência em prol de qualquer garantia de segurança global, uma vez que o estado de natureza internacional não é tão ameaçador e perigoso quanto o estado de natureza original (JACKSON; SORENSEN, 2007).

Vimos brevemente, portanto, os três fundadores do chamado realismo clássico. Contudo, cabe salientar que esses três autores não se resumem às Relações Internacionais, mas, sim, antes, são filósofos e pensadores da Ciência Política: universalmente conhecidos como historiador e filósofos. Nem tampouco os autores se preocuparam no passado com a nomenclatura daquilo que hoje denominamos "realismo". O que se quer demonstrar é que aquilo

que se configuraria no século XX como teoria realista do pensamento das Relações Internacionais se inspira em valores teóricos e conceituais estabelecidos por eles. Diga-se, inclusive, que a maioria dos pensadores da história das relações internacionais tiveram suas formações acadêmicas em outras áreas das ciências sociais que não propriamente as Relações Internacionais.

O REALISMO NEOCLÁSSICO: CARR, MORGENTHAU E ARON

O desenvolvimento das Relações Internacionais como campo do conhecimento ocorreu logo após a Primeira Guerra Mundial, embora o embrião fora lançado ainda em 1917 na universidade College of Wales, Aberystwyth, Escócia, onde lecionou posteriormente o diplomata Edward Hallett Carr, precursor do realismo. O ambiente era de comoção diante da destruição causada pela Grande Guerra. Carr participaria da Conferência de Paz de 1919 e retornaria à vida acadêmica em 1936, escrevendo sua principal obra, *Vinte anos de crise*, às vésperas da Segunda Guerra, em 1939, um marco na sistematização da disciplina Relações Internacionais.

O estudo é um retrato do período entre guerras, um clássico considerado determinante na estruturação do novo campo de estudo que surgia, preocupado essencialmente em estudar as relações de poder como algo decorrente da guerra.[4] É nesse período que a

[4] Guardadas as respectivas distinções epistemológicas, é salutar a menção de que o desenvolvimento do processo de sistematização das Relações Internacionais e da Geografia guardam certas semelhanças temporais, embora a Geografia como corpo científico sistematizado tenha se iniciado na metade do século anterior. No momento em que está sendo constituída as Relações Internacionais como novo campo do conhecimento derivado da Ciência Política, está sendo travado o debate teórico e ideológico entre o determinismo

disciplina se consolida como um ramo distinto de estudo no plano internacional e os estudos de Carr são decisivos para esse fim. Sato (2001) ao prefaciar a obra de Carr para a edição brasileira, afirma que o intelectual britânico manteve suas atenções para a análise da importância que o liberalismo causou às relações internacionais entre os séculos XIX e início do XX e o respectivo esgotamento do modelo como agente central na explicação da ordem política internacional:

> O surgimento das relações internacionais como campo de estudo distinto, dentro dos atuais padrões está visceralmente associado ao esgotamento das possibilidades oferecidas pela ordem liberal do século XIX. A ênfase dada pela obra de E. H. Carr à busca de explicações para as incongruências entre a realidade e as iniciativas tomadas pelos estadistas para dar estabilidade às relações internacionais evidenciam de modo marcante esse fato (SATO, 2001).

Segundo Nogueira e Messari (2005), Carr ao diagnosticar os primeiros estudiosos das relações internacionais no início do século XX dizia que esses procediam a análise do meio internacional de forma distante dos fatos reais, a partir de uma perspectiva um tanto quanto utópica e por isso mesmo os rotulou como intelectuais idealistas e para diferenciar sua análise daquelas, identificou uma segunda leitura mais pragmática o qual chamou de "realismo", escola a qual se filiaria. Os idealistas pretendiam tornar o mundo

alemão e o possibilismo francês, igualmente, duas escolas de pensamento que consideravam guerras e conflitos como mote delineador do pensamento geográfico. Em sua clássica obra, Paul Vidal de La Blache, inclusive, cita Tucídides. Já Mackinder em 1904, forte defensor do Estado como agente central das relações internacionais, escreveria seu "The Geographical pivot of history" trinta anos antes de Carr.

isento das guerras e mais pacífico, enquanto os realistas preocupavam-se estudá-lo tal qual o era, uma realidade pautada essencialmente pelas relações de poder[5].

A obra de Carr apresenta a preocupação de uma sistematização acadêmica do estudo das relações internacionais, para ele, um ramo contido na Ciência política internacional: "a ciência política internacional, surgiu em resposta a uma demanda popular. Foi criada para servir a um objetivo e, neste ponto, seguiu o padrão de outras ciências" (CARR, 2001). O capítulo 1 de seu livro, não sem motivo denomina-se "O começo de uma ciência" onde ele justamente inaugura o campo do conhecimento disciplinar das Relações Internacionais. E atrelando o surgimento da nova ciência" àquele período após Primeira Guerra a qual as relações internacionais estavam inscritas, afirma:

> A guerra de 1914-18 pôs um fim na opinião de que a guerra é um assunto que afeta unicamente soldados profissionais e, fazendo isto, dissipou a impressão correspondente de que a política internacional podia ser deixada com segurança nas mãos dos diplomatas profissionais. A campanha pela popularização da política internacional começou, nos países de língua inglesa, sob a forma de uma agitação contra tratados secretos, que foram atacados, sem provas suficientes, como uma das causas da guerra. A culpa pelos

[5] Embora a sistematização das Relações Internacionais como campo do conhecimento tenha ocorrido no início do século XX, a obra a qual é considerada o prisma inicial da disciplina é encontrada na Grécia antiga com Tucídides e seu clássico, *A guerra do Peloponeso*. Os desdobramentos da teoria das Relações Internacionais seguem aos dias de hoje. Nesse percurso em que recentemente celebrou-se um século, a história das Relações Internacionais reconhece algumas importantes escolas de pensamento internacional, das quais e pelo próprio limite esse trabalho se ocupará de duas das mais importantes: Realismo e Teoria da Interdependência Complexa. A partir de 1979 com os trabalhos de Kenneth Waltz, costuma-se considerar o Neorrealismo (ou Estruturalismo) como uma subdivisão do Realismo.

> tratados secretos deveria ter sido imputada, não à imoralidade dos governos, mas à indiferença dos povos. Todos sabiam que tais tratados eram celebrados. Mas, antes da guerra de 1914, poucas pessoas sentiam alguma curiosidade acerca deles ou os achava condenáveis. A agitação contra eles foram, contudo, um fato de imensa importância. Foi o primeiro sintoma da demanda pela popularização da política internacional, e anunciou o nascimento de uma nova ciência (CARR, 2001).

Era a "infância" da nova ciência, nos dizeres de Carr. E ao avaliar o impacto das ações do Estado no circuito internacional demonstrou todo seu pragmatismo ao afirmar uma perspectiva utópica do desejo de um "Estado mundial" ou organismos de "segurança coletiva". A chegada do realismo é o contraponto à leitura utópica do sistema internacional, ou àqueles que Carr chamou de "idealistas." Mas, não é seu fim, pois para Carr, utopia e realidade são as duas faces da mesma ciência política: o pensamento político coerente é encontrado onde essas duas perspectivas garantem seu lugar (CARR, 2001).

Segundo ele, a antítese existente entre utopia e realidade é a mesma que a teoria e prática ou, mais ainda, reflete o espírito radical e o conservador: "o radical é necessariamente utópico e o conservador realista" (CARR, 2001). Em sua leitura, o intelectual realiza a teoria e gravita para a esquerda, o homem de Estado executa e gravita para a direita. A partir dessa tese nos oferece esse ensinamento, impressionantemente, válido para os dias atuais dessa terceira década do século:

> Até hoje a direita é fraca em termos de teoria, e sofre por sua inacessibilidade a ideias. A fraqueza característica da esquerda é o fracasso em traduzir sua

> teoria na prática – um fracasso pelo qual culpará os burocratas, mas que é inerente ao seu caráter utópico (CARR, 2001).

E citando um filósofo nazista, crava: "A esquerda tem razão, a direita tem sabedoria." Em que pese todo o questionamento possível às afirmativas de Carr, suas palavras não deixam de ser sintomáticas ao que se observa na conjuntura internacional contemporânea.

Assim como a Primeira Guerra Mundial e o período entre guerras impactaram as formulações teóricas de Edward Carr, a Guerra Fria pautará as reflexões de outro elaborador teórico do realismo, Hans Morgenthau, possivelmente, o mais influente autor do realismo. Com os trabalhos desse pensador a escola realista irá se consolidar como hegemônica no pensamento das relações internacionais, condição que se estende mesmo aos dias de hoje, embora outras surgiram e cresceram em influência e importância teórica. É a partir de Morgenthau que as relações de poder se consolidam como fio condutor da interpretação do meio internacional e do realismo. Carr já havia desmistificado a perspectiva idealista que se baseava na constituição de um fórum jurídico da paz para o sistema internacional em detrimento das relações de poder entre os Estados como constituinte da regulação internacional. Morgenthau irá consolidar essa premissa.

Hans Morgenthau inicia seu clássico "A política entre as nações" (cuja primeira edição é de 1948) produzindo uma ampla defesa do realismo, a escola que ajudou a fundar. O filósofo traça os princípios do realismo solidamente fundamentado em preceitos hobbesianos, frequentemente mencionando a natureza humana como princípio ordenador da política.

Embora o realismo político tenha comumente uma vertente conservadora, ele não é pautado por nenhuma ideologia; não é de esquerda nem de direita: é pragmático, se atém ao fato político e age. O autor faz afirmações nesse sentido:

> Uma teoria realista da política internacional evitará, portanto, duas falácias populares: a preocupação com motivos e a preocupação com preferências ideológicas [...]. Uma teoria realista da política internacional deverá igualmente evitar uma outra falácia muito comum, que consiste em equiparar as políticas exteriores de um político às suas simpatias filosóficas ou políticas, ou em deduzir as primeiras tomando por base as últimas [...]. O realismo político [...] exige de fato uma distinção muito nítida entre o desejável e o possível – entre o que é desejável e o que é exequível (MORGENTHAU, 2003, p. 07-10).

Tal qual Morgenthau de quem foi um crítico construtivo, também Raymond Aron trilha esse caminho ao entender o realismo como algo além da ideologia. Afirma que como o pragmatismo realista do ocidente na vigência da Guerra Fria, a União Soviética fazia o mesmo ao propor a "paz eterna" após o confronto ideológico vencido pelo socialismo. Era o mais absoluto realismo compreendendo o todo da realidade que conduzia a estratégia diplomática e praticando o que efetivamente era possível (ARON, 2002).

Para o discernimento da política internacional, afirma Morgenthau que não deve ser enfatizado os desejos e motivos que orientam os políticos, mas sim, o pragmatismo realista. Dessa forma, políticos que se movem por percepções e intuições estão fadados ao insucesso e retoma a crença idealista, pois a utopia pode ser de direita ou esquerda. Dessa forma o ensinamento de Hans Morgenthau

preconiza separar princípios morais, próximos ao idealismo, da teoria política e observação pragmática do contexto internacional.

A obra magna de Hans Morgenthau além de produzir uma ampla leitura das relações do poder mundial e da teoria política internacional traz uma nítida preocupação em seu capítulo inicial de alicerçar as bases teóricas do realismo. Assim, o filósofo político traça toda sua composição teórica a partir da interpretação de que a política e a sociedade são geridas por leis oriundas da natureza humana e que por princípio hobbesiano, não é pacífica. Realismo, racionalismo, pragmatismo, são verbetes interligados na construção conceitual do autor em oposição ao princípio idealista que ele, igualmente, reconhece como premissa teórica e uma das formas de leitura da política internacional. Assim, surge a perspectiva realista de Morgenthau:

> O realismo, por acreditar na objetividade das leis da política, tem de admitir igualmente a possibilidade de desenvolver-se uma teoria racional que reflita essas leis objetivas, mesmo que de modo imperfeito e desequilibrado. Ele também acredita, portanto, na possibilidade de distinguir, no campo da política, entre a verdade e a opinião; entre o que é verdadeiro, objetiva e racionalmente, apoiado em provas e iluminado pela razão, e aquilo que não passa de um julgamento subjetivo, divorciado da realidade dos fatos e orientado pelo preconceito e pela crença de que a verdade consiste nos próprios desejos (MORGENTHAU, 2003).

E sobre a conduta racional na leitura da política internacional, prossegue:

> Para o realismo, a teoria consiste em verificar os fatos e dar a eles um sentido, mediante ao uso da razão. O realismo parte do princípio de que a natureza de uma determinada política externa só pode ser averiguada por meio do exame dos atos políticos realizados e das consequências previsíveis desses atos (MORGENTHAU, 2003).

Afirma ainda que por meio do realismo a conjuntura tem que ser interpretada a partir da categoria analítica central de análise da política internacional: o poder:

> A principal sinalização que ajuda o realismo político a situar-se em meio à paisagem da política internacional é o conceito de interesse definido em termos de poder. Esse conceito fornece-nos um elo entre a razão que busca compreender a política internacional e os fatos a serem compreendidos (MORGENTHAU, 2003).

E finalmente elabora seu arcabouço teórico por meio de uma construção mental pautada na razão:

> O realismo político contém tanto um elemento teórico como um normativo. Ele não só sabe que a realidade política está cheia de contingências e irracionalidades sistêmicas, como nos chama a atenção para as influências típicas que elas exercem sobre a política externa [...]. O realismo político apresenta a construção mental teórica de uma política externa racional que a experiência jamais poderia alcançar completamente. Ao mesmo tempo, o realismo político considera que uma política externa racional é uma boa política externa, [...]

> sustenta não somente que a teoria tem de ser focalizada sobre os elementos racionais da realidade política, mas também que a política externa tem de ser racional em vista de seus propósitos morais e práticos (MORGENTHAU, 2003).

Essas elucidações teóricas não podem ser interpretadas sem levar em considerações toda uma linha de influência decisiva em sua formação filosófica: Max Weber, Thomas Hobbes e Maquiavel. A partir dessa linhagem teórica, Morgenthau prioriza o poder como veio central de análise da relação interestatal (JACKSON; SORENSEN, 2007).

Em sua edificação teórica o autor estabelece os seis princípios básicos do realismo político que de certa forma sintetizam seu cabedal teórico:

- a política como uma decorrência da natureza humana e como consequência a política externa derivando dos atos políticos de seus atores e as decorrências previsíveis desses atos;
- o realismo interpreta a conjuntura internacional por meio das relações do poder mundial e seus interesses. Aqui ele chama atenção para algo decisivo na análise política: o realismo está além das perspectivas ideológicas e daquilo que orienta os elaboradores de política, o "policy maker". O realismo político releva questões morais embora a considere, mas não sobre o prisma individual e nem como plano central. Ele não ignora a existência dos valores morais, mas esses devem estar subordinados ao caráter político. Ética e moral não servem como parâmetros para ação política, assim como simpatias, filosofias e preferências pessoais dos homens de Estado que devem agir em prol dos interesses nacionais e não

pessoais. Há uma diferença crucial pelo qual o "policy maker" deve se pautar entre o "dever oficial" e o "desejo pessoal";

- O realismo político parte da premissa que o meio internacional é permeado por uma constante ameaça de violência em larga escala, porém considera que esse mesmo meio não é imutável, ou seja, transformações acontecem frequentemente. O realista acredita que a ação política sempre é movida por interesses de Estado. Tal qual outras escolas de pensamento, o realismo acredita que a divisão política do mundo é mutante, porém as transformações obedecem a lógicas pragmáticas;

- Há de se diferenciar os valores morais universais dos interesses estatais. Mais importante que valores morais – que podem ou não ser levados em consideração – está a prudência, essa, sim, decisiva no ato de fazer política. Ao realismo interessa as consequências das ações políticas, aí reside a virtude dos homens de Estado: a prudência, ou seja, a avaliação das consequências de seus atos;

- O realismo político distingue a verdade das idolatrias, daí as aspirações morais que regem o universo não servirem ao realismo. Aqui entra a blasfêmia de considerar Deus um ator da política, pois o maior dos erros é acreditar que Ele está ao seu lado na política. Essa perspectiva é uma loucura política e que pode salvá-la é exatamente o interesse de poder moldado pelo realismo;

- O realista analisa as conjunturas por meio da noção de poder, assim como os economistas, pela relação riqueza-pobreza, o advogado pelo senso da justiça e normas legais, o moralista por princípios morais. Novamente em seu sexto ponto toca na questão moral que em essência é um grande engodo colocado na política internacional, colocado apenas para obscurecer outras intenções. Ilustra sua tese com o

> caso da invasão belga em 1911 pela Alemanha. E decreta: "o realismo político baseia-se em uma concepção pluralista da natureza humana" (MORGENTHAU, 2000).

Em resumo, Morgenthau afirma que o realismo é uma teoria que busca entender a política internacional.

Contemporâneo de Morgenthau, Raymond Aron é outro pilar importante na construção das Relações Internacionais como disciplina, embora sua presença nos cursos e bibliografia da área seja menor quando o assunto é a composição teórica e sistemática da disciplina; observa-se menor citação à Aron comparado ao peso dado à Morgenthau, Carr e Waltz como os principais propositores dor realismo. Mas o mesmo não se pode dizer de sua importância na contribuição para o discernimento das relações internacionais como campo de estudo, considerado na segunda metade do século XX como o grande especialista europeu sobre o cenário internacional.

Aron guarda paralelos históricos com Morgenthau. Ambos de origem judaica foram perseguidos pelo nazismo e se exilaram fora de seus países de origem: Morgenthau, alemão, exilou-se nos Estados Unidos onde fez brilhante carreira intelectual; nunca mais voltaria à Alemanha para exercer trabalhos acadêmicos. Já Aron, francês e que lecionava na Alemanha, abrigou-se durante a guerra junto à Inglaterra e quando retornou ao seu país, igualmente, tornou-se um dos grandes intelectuais do mundo.

Ambos se ocuparam de estudos internacionais e o título da obra magna de Aron, "Paz e guerra entre as nações", de 1962, assim como o título e subtítulo da de Morgenthau, "A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz", não são apenas coincidências. Na verdade, como bem reparou Sardemberg (2003), ambas as obras devem ser lidas como complementares. Ambos enfatizam as relações de poder e a possibilidade da guerra. Podemos afirmar que

a obra de Morgenthau tem, antes de mais nada, uma perspectiva epistemológica, enquanto o foco de Aron é no empirismo das relações de poder mundial, daí o maior reconhecimento de Morgenthau como um dos teóricos na sistematização das Relações Internacionais, enquanto o intelectual francês é mais reconhecido como um *expert* na análise política das relações internacionais.

Nogueira e Messari mencionam tal perspectiva dessa conduta de Aron:

> O pensador francês desconfiava da excessiva cientificidade que seus colegas norte-americanos imprimiam à disciplina e pregava, ao contrário, o estudo da história como fonte essencial para entender a política internacional (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

E a fonte primária de tal assertiva confirma a prerrogativa:

> Os especialistas em relações internacionais não queriam simplesmente seguir os passos dos historiadores; desejavam criar um corpo de doutrina, como todos os estudiosos: formular proposições de caráter geral. Só a geopolítica se interessava pelas relações internacionais com a preocupação de abstrair e de explicar. Mas a geopolítica alemã tinha deixado má lembrança, e de qualquer modo a referência ao quadro espacial não poderia constituir o objetivo de uma teoria cuja função era aprender a multiplicidade das causas que agem sobre as relações entre os Estados (ARON, 2002).

Sobre a temática internacional à Aron preocupava muito mais a perspectiva empírica que teórica como o mesmo afirmou. E sobre esse dilema, esclarece:

> Recentemente um historiador holandês, nomeado para a primeira cátedra de relações internacionais criada no seu país, em Leyde, tentou, em aula inaugural, definir a disciplina que deveria ensinar. Sua conclusão representava uma confissão de derrota: em vão tinha procurado os limites do seu campo de estudo (ARON, 2002).

Contudo, o filósofo francês afirma que tamanho insucesso observado na missiva, na verdade, produziu um grande bem para a academia, pois foi definitivo: "as 'relações internacionais não têm fronteiras reais; não podem ser separadas materialmente dos outros fenômenos sociais" (ARON, 2002). Ou seja, a nova disciplina não pode ser vista como um sistema ensimesmado, isolado, ela é transdisciplinar por natureza o que, convenhamos, é uma virtude, pois segundo o próprio autor, nenhuma disciplina científica tem fronteiras traçadas com exatidão (ARON, 2002). Afirma ainda que as Relações Internacionais se ocupam de estudar as relações entre "unidades políticas" que constitui na compreensão do autor, o sistema internacional, categoria de análise central em seus estudos e que embasou suas análises da conjuntura, moldada pelas relações de força e equilíbrio de poder. Aliás, diga-se, o autor torna claro preferir a expressão "equilíbrio de forças" à "equilíbrio de poder". O que para nós soa como mera distinção semântica, a ele tinha representatividade conceitual.

Aron tornou-se dos mais respeitados estudiosos de política internacional: era um realista ofensivo. Definitivamente influenciado por Clausewitz, observa-se no autor a constante

preocupação com a possibilidade da guerra e é a partir de Clausewitz que estrutura sua teoria das relações internacionais. Sua obra principal é marcada por essa premissa e a partir dela estrutura sua teoria de fundamentação realista. Embora não seja a preocupação central tal qual fora para Morgenthau, Aron dedica algum espaço em sua obra a contextualizar o realismo da Guerra Fria. Para ele, essa escola de pensamento consistia em reconhecer a influência das ideologias sobre a conduta diplomática e estratégica, mas o que de fato interessa do ponto de vista pragmático é a conduta diplomático-estratégica dos Estados e a imposição da força em casos de litígios e conflitos que serão validados por tratados que ditarão a norma. A conduta diplomática-estratégica está à mercê da guerra quando entra o aspecto militar, logo, os âmbitos diplomático e militar andam sempre juntos. E na composição de suas formulações teóricas é quando aparece explicitamente seu realismo:

> No sentido mais geral, poder ou potência é a capacidade de fazer, produzir ou destruir. O poder de um indivíduo é a capacidade de fazer, mas, antes de tudo, é a capacidade de influir sobre a conduta ou os sentimentos dos outros indivíduos. No campo das relações internacionais, *poder* é a capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais. Em poucas palavras, o poder político não é um valor absoluto, mas uma relação entre os homens (ARON, 2002).

Para Aron, a política internacional deve ser vista como um permanente estado de vontade distintas entre os Estados que têm pretensões de domínio e isso produz choques. Os Estados são unidades políticas que não estão sujeitas a leis ou árbitros e são, por definição, rivais entre si, pois afetados pela ação do outro de quem permanentemente suspeitam das intenções. Essa é uma diferença

clássica vital entre o realismo e a interdependência complexa, por exemplo, que enxerga uma outra possibilidade de relação interestatal que não seja o confronto, mas sim, a possibilidade de cooperação efetiva.

A atenção à geopolítica é outro ponto a destacar em sua teoria que se ocupa das condições estratégicas e espaciais, especialmente nas alusões à Halford Mackinder de quem foi severo leitor e a quem designou uma seção denominada "os esquemas de Mackinder". Escreveria: "a influência da situação geográfica sobre a possibilidade de ação das unidades políticas é constante" (ARON, 2002). Constrói toda sua narrativa teórica a partir de uma preocupação central: a guerra. Observa-se, igualmente, influência da Geografia em sua perspectiva teórica, particularmente no capítulo "O Espaço" de sua obra maior quando afirma que a história das ordens internacionais tem sido, de fato, ordens territoriais sob influência do espaço "compartimentalizado, ou em seus dizeres, "a perspectiva geográfica da história". No entanto, a visão geográfica de Aron é percebidamente determinista e para quem a humanidade estaria a se libertar das "imposições do meio à medida que vai dominando as forças da natureza". (ARON, 2002). Como judeu perseguido pelo nazismo guarda reservas com a expressão "geopolítica", compreensível pelo contexto e preconceito criado àquela época.

Configurou-se entre os estudiosos de Relações Internacionais considerar o sistema internacional como seu principal objeto de estudo e ao mesmo tempo, uma categoria analítica. A esse respeito, Aron define muito claramente o conceito:

> Sistema Internacional é o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral. São membros integrais de um sistema

> interacional as unidades políticas que os governantes dos principais Estados levam em conta nos seus cálculos de forças (ARON, 2002).

Feito o alerta, o autor discorre longamente em um capítulo reservado à discussão do conceito, essencialmente, abordando o sistema internacional como imenso palco de correlação de forças antagônicas, sempre sob a perspectiva da guerra, atitude típica de um realista. Claro está que tal definição guarda a visão realista como protagonista do teatro mundo em que o Estado surge como ator único desse sistema.

WALTZ E O NEORREALISMO

Em 1979, a obra Theory of International Politics de Kenneth Waltz causou furor e um ponto de inflexão ao realismo e, por conseguinte, em toda a teoria das Relações Internacionais ao propor uma revisão teórica nos estudos do campo internacional ao qual chamou de estruturalismo ou neorrealismo. É um marco na história da disciplina e na reinterpretação da conjuntura internacional. Na obra, logo em seu capítulo inicial, Waltz torna claro que seu propósito era efetivamente criar uma nova interpretação teórica para a política internacional sem, no entanto, desconsiderar as teorias produzidas anteriormente e reconhece o difícil consenso sobre o tema.

Era um momento de crise do realismo ao qual muitos passaram a questionar o centralismo do Estado como protagonista do sistema internacional em face da força dos novos atores como as transnacionais, organismos internacionais ou Organizações Intergovernamentais (OIGs) e Organizações não Governamentais (ONGs). Vivia-se a terceira etapa da Guerra Fria naqueles idos dos

finais dos anos 1970. Ronald Reagan e Margareth Thatcher produziam a apologia do neoliberalismo e assumiam papel de destaque entre os líderes internacionais enquanto a União Soviética iniciava sua derrocada mergulhando rumo ao caos. O debate sobre o enfraquecimento do Estado e fortalecimento do mercado daria a tônica dos debates mundiais à pré-globalização dos anos 1990.

É nesse momento de questionamento do realismo como teoria central das relações internacionais que os estudos de Waltz resgatará os valores realistas incorporando a eles novos ingredientes, especialmente transferindo o foco do Estado como ator central da teoria para o sistema internacional, recolocando o (neo) realismo como escola proeminente da teoria da disciplina, tornando-se seu principal protagonista (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Kenneth Waltz, um intelectual hobbesiano, acredita que tal qual a natureza humana o sistema internacional, igualmente, é pautado pela perversidade, repetindo aqui a forma pela qual muito de seus precursores realistas entendiam o mundo, mais sob uma perspectiva conflitiva que cooperativa: a cooperação pode ocorrer entre os Estados, mas é algo transitório e temporário segundo ele, pois o sistema internacional caracteriza-se por uma permanente disputa. O autor diferencia as expressões "integração" de "interdependência" e prefere essa última para manifestar a interação entre duas unidades estatais. Afirma que na interação entre dois ou mais Estados surge a dúvida, "quem ganhará mais" e é essa desconfiança entre os Estados que alimenta seu ceticismo em uma política de cooperação que lhe valeria duras críticas dos teóricos neoliberais:

> Se um esperado ganho deve ser dividido, digamos, na proporção de dois para um, um Estado pode usar seu ganho parcial para implementar uma política destinada a danificar ou destruir o outro. Mesmo a

> perspectiva de grandes ganhos absolutos para ambas as partes não provoca sua cooperação, pois cada um teme como o outro usará suas capacidades aumentadas. Observe que os impedimentos à colaboração podem não estar no personagem e na intenção imediata de qualquer uma das partes. Ao invés disso, a condição de insegurança e incerteza de cada um sobre as futuras intenções e ações do outro trabalha contra sua cooperação (WALTZ, 1979).

A *Política entre as nações* de Hans Morgenthau e *Teoria da política internacional* de Kenneth Waltz podem ser alçados a condição de as duas principais obras de teoria das Relações Internacionais e ambos os autores tornam claro nas respectivas introduções de seus livros que o propósito era exatamente escrever sobre uma teoria da política internacional: Morgenthau escreve "este livro tem por objetivo apresentar uma teoria sobre política internacional" (2003: 45), Waltz informar pretender "construir uma teoria de política internacional" (1979, p. 01).

Em essência, Waltz dá sequência ao debate teórico da política internacional de Morgenthau e Aron. Aliás, na visão do cientista político português Carlos Gaspar, essas três obras – *A política entre as nações*, *Paz e Guerra entre as nações* e *Teoria da política internacional* são indissociáveis e complementares:

> Os três livros fundamentais da teoria das relações internacionais formam um todo e são inseparáveis entre si, como, de resto, indicam os seus títulos. A alternância entre a paz e a guerra é o que distingue a política internacional da política interna dos estados e, nesse sentido, Aron emenda Morgenthau: a 'paz e guerra entre as nações' é o nome da 'política entre as nações'. Para Waltz, por sua vez, o essencial não era prolongar uma exegese erudita da 'política

> entre as nações', mas a construção da 'teoria da política internacional' (GASPAR, 2013).

De fato, a nomenclatura exposta nos títulos dessas três obras clássicas das Relações Internacionais exala as afinidades. Formulando uma nova teoria sistêmica das Relações Internacionais, Waltz resgata os clássicos do realismo como Tucídides buscando explicações para a razão da guerra desde a Grécia antiga aos dias atuais e encaminha a resposta: a anarquia internacional e a ausência de um agente ou autoridade que detenha o monopólio do poder e soberania do sistema internacional para o uso da força explica a questão (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Ou seja, Waltz enxergou a anarquia já nos tempos gregos.

E esse sistema internacional pode apresentar dois tipos de princípios ordenadores, o hierárquico e o anárquico que é predominante na história das ordens internacionais. Já a ordem que vigora em um sistema anárquico, segundo Waltz, pode ser multipolar ou bipolar. O outro tipo de ordem, a unipolar vigora em um regime hierárquico. Waltz diferencia os conceitos de ordem e estrutura internacional. Para ele a estrutura do sistema internacional é anárquica e imutável; a única alteração possível no sistema é de ordem que pode ser multipolar ou bipolar; a ordem internacional corresponde a um recorte histórico marcado pelas relações entre as potências que ditam as relações internacionais. Ele critica e discorda daquilo que chama de "teóricos reducionistas" que, segundo ele, são volúveis e interpretam equivocadamente à noção de "tempo" no sistema internacional, desprezando-o, o que para ele se altera muito pouco ao longo da história, essa sempre marcada por guerras e Estados hegemônicos (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Valendo-se dos experimentos de Tucídides e de Hobbes para justificar a plenitude do sistema internacional desde antes de Cristo aos dias em que escrevia, afirma:

> A textura da política internacional permanece altamente constante, os padrões se repetem, os eventos se repetem, sem parar. As relações que prevalecem internacionalmente raramente mudam rapidamente de tipo ou qualidade. Elas são marcadas pela persistência consternadora, uma persistência que se deve esperar desde que nenhuma das unidades concorrentes seja capaz de converter o sistema internacional de anárquico para hierárquico (WALTZ, 1979).

E sobre a proeminência da anarquia no sistema internacional ao longo do tempo, crava:

> O caráter anárquico duradouro da política internacional é responsável pela impressionante semelhança da vida internacional ao longo dos milênios, uma declaração qualificada e de amplo consentimento. Por que então encontramos resistência e nos dirigimos em direção ao reducionismo? A resposta é que geralmente a redução resulta não de uma intenção do estudioso, mas de seus erros (WALTZ, 1979).

Dentro dessa perspectiva hobbesiana de Waltz torna-se bastante plausível, concluir que o que se alterou na virada dos anos 1990 com a queda do muro de Berlim (1989) e a desintegração soviética (1991), foi a ordem internacional e não o sistema. Logo, o sistema internacional é estrutural, a ordem, conjuntural.

Lembra que a compreensão da política internacional se faz preliminarmente pela análise da política doméstica: a primeira é anárquica, enquanto a outra, hierárquica:

> Em um livro sobre teoria política internacional, a estrutura política interna deve ser examinada para que se possa distinguir entre as expectativas de comportamento e os resultados nas esferas interna e externa. Além disso, considerar a estrutura política interna facilitará a compreensão da esquiva estrutura política internacional mais adiante (WALTZ. 1979).

Em sua revisão teórica Waltz critica o próprio realismo incorporando novos ingredientes metodológicos denominando sua teoria de realismo estrutural ou, neorrealismo. Reconhece a importância da contribuição de seus antecessores e a importância de análise do realismo sobre as relações internacionais: Waltz recoloca o (neo) realismo no centro do debate internacional tornando-se o grande expoente dessa escola (NOGUEIRA; MESARI, 2005). Ele pretende construir uma teoria sistêmica para as relações internacionais e afirma que lhe é muito claro qual caminho trilhar para esse fim: a abstração da realidade, exatamente ao contrário do que tem sido feito pelos estudantes de relações internacionais que enfatizam demasiadamente o alvo empírico do estudo (NOGUEIRA; MESARI, 2005). Waltz propõe retirar do Estado o foco principal do realismo e transferi-lo para o sistema internacional, um objeto teórico e não empírico (WALTZ, 1979).

Tal qual Morgenthau e Aron, igualmente, Waltz se pergunta o "porquê da guerra". E responde: a anarquia internacional permanente é a causa recorrente das guerras que afloram no sistema internacional pois, o estado de natureza de um Estado é o estado de guerra. E a teoria sistêmica que ele busca construir por meio de seu realismo estrutural encaminha a compreensão:

> Uma teoria de política internacional deve explicar, por exemplo, porque a guerra se repete e indicar as condições que tornam a guerra mais ou menos provável; mas não prevê o início de guerras específicas. Dentro de um sistema, uma teoria explica a continuidade. Mostra o que esperar e o porquê. Dentro de um sistema, uma teoria explica as recorrências e repetições, não mudanças (WALTZ, 1979).

Ao desenvolver sua teoria de balança de poder, não sem antes explicitar as controvérsias dessa temática e reconhecer que não paira consenso algum sequer sobre a expressão equilíbrio ou balança de poder, o autor estabelece uma teoria sistêmica do poder mundial e da política internacional. E assume na primeira pessoa que construiu tal teoria[6]:

> Construí uma teoria sistêmica da política internacional [...]. A teoria gera diversas expectativas quanto a comportamentos e resultados. A partir dela, prevê-se que os Estados adotarão comportamentos de equilíbrio, independentemente de o equilíbrio de poder ser ou não o objetivo final de suas ações. A teoria também prevê uma forte tendência ao equilíbrio no sistema. A expectativa não é a de que um equilíbrio, uma vez alcançado, seja mantido, mas sim a de que, uma vez rompido, ele seja restaurado de uma forma ou de outra. Equilíbrios de poder formam-se recorrentemente (WALTZ, 1979).

[6] Em sua obra clássica, no título do capítulo que trata especificamente da temática, Waltz usa a expressão *balança de poder*: Anarchic Structures and Balances of Power.

Uma balança de poder entre diversos Estados é estabelecida, mas isso não significa que seja extinta a possibilidade de guerra, pois o sistema é sempre anárquico, portanto, sempre vulnerável e predisposto a conflitos. Waltz reafirma a essência básica do Estado: inicialmente garantir sua sobrevivência, em seguida expandir e exercer poder:

> Uma teoria da balança de poder devidamente declarada, começa com suposições sobre os estados: são atores unitários que, no mínimo, buscam sua própria preservação e, no máximo, buscam dominação universal. Estados, ou aqueles que agem por eles, tentam mais ou menos maneiras sensatas de usar os meios disponíveis para atingir os fins visados. Esses meios se enquadram em duas categorias: esforços internos (movimentos para aumentar capacidade econômica, aumentar a força militar, desenvolver estratégias inteligentes) e esforços externos (movimentos para fortalecer e ampliar a própria aliança ou para enfraquecer e encolher um oponente) (WALTZ, 1979).

E a partir dessas prerrogativas em relação ao Estado, cooperação e conflito, balança de poder, anarquia e hierarquia e outras dualidades que aparecem em sua obra, Kenneth Waltz estabelece que dentre as duas possibilidades de ordens existentes – bipolar e multipolar, uma vez que não reconhece a unipolar – afirma ser mais desejável ao sistema internacional por promover maior estabilidade mundial, a ordem bipolar. Pertinente mencionar que o autor desenvolveu a maior parte de sua teoria durante a Guerra Fria, mas assistiu em vida a decadência soviética e o surgimento de uma outra ordem internacional a partir dos anos 1990. Waltz morreria em 2013.

> [...] os Estados Unidos e a União Soviética mostraram cada vez mais que aprenderam a se comportar como duopolistas sensatos - moderando a intensidade da competição e, às vezes, cooperando em benefício mútuo, enquanto se olham com cautela. Com apenas duas grandes potências, espera-se que ambas ajam para manter o sistema. É provável que ofereçam outros serviços e que promovam a paz geral (WALTZ, 1979).

Ao enxergar o sistema internacional como anárquico, Kenneth Waltz afirma que a política internacional até convive com surtos de paz, mas a regra é a desordem anárquica e conflituosa: anarquia não é apenas ausência de governo, mas também desordem e caos. A conjuntura internacional não é o caos absoluto, mas não é "confiavelmente pacífica."

Kenneth Waltz, portanto, fecha esse ciclo de autores estruturais da composição do realismo como escola determinante da interpretação da conjuntura internacional e o reconhecimento quase unânime de sua centralidade teórica é expressa nas palavras de Jackson e Sorensen (2007):

> O realismo é uma teoria, em primeiro lugar, sobre os problemas de segurança dos Estados em um ambiente de anarquia internacional e, em segundo lugar, sobre a questão da ordem internacional. Seu núcleo normativo é a sobrevivência do Estado e a segurança nacional. Enquanto a política mundial continuar organizada com base no Estado independente e um pequeno grupo de Estados poderosos permanecerem responsáveis em grande parte por moldar os eventos internacionais mais importantes, o realismo, provavelmente, continuará a ser uma importante teoria de RI. O único desenvolvimento capaz de torná-lo obsoleto é uma transformação histórica

> mundial, que envolvesse o abandono do Estado soberano e do sistema estatal anárquico. Isso, no entanto, não parece muito provável no futuro próximo (JACKSON; SORENSEN, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura do poder mundial é um dos focos de estudo da Geografia e das Relações Internacionais. O espaço internacional e seu sistema internacional – nas palavras de Aron, o conjunto de unidades políticas – está permeado de questões conflitivas que enaltecem a prerrogativa do realismo e colocam em xeque a perspectiva cooperativa da interdependência complexa que muito contribuiu com a leitura de mundo a partir dos anos 1970 e tornou-se a principal interlocutora no debate intelectual com o realismo. Essa missiva vale para tempos passados, há época em que escreveram os principais autores do realismo citados nesse trabalho e mesmo para os tensos dias contemporâneos em que o sistema internacional se mostra muito longe da estabilidade.

A interpretação política do mundo contemporâneo não se faz sem a contribuição da perspectiva hobbesiana proposta pelo realismo e sua centralidade no Estado. E foi isso que o presente artigo procurou demonstrar. Daí o resgate dos pontos de contribuição de Tucidídes, Maquiavel, Hobbes, Carr, Morgentahu, Aron e Waltz. Muitos outros nomes importantes poderiam ainda ser acrescidos e para ficarmos em apenas dois que estiveram ausentes, John Mearsheimer e seu realismo ofensivo ou Barry Buzan da Escola de Copenhagen e sua interpretação sobre segurança internacional.

A releitura do realismo e seus principais autores permitiu retornar à algumas premissas básicas dessa escola de pensamento do meio internacional. A primeira delas é que partindo da influência

hobbesiana, o realismo apresenta uma leitura pessimista do comportamento humano e assim como a sociedade, o Estado também é composto por seres humanos, logo, o meio internacional, igualmente, reflete uma relação constantemente conflituosa entre Estados.

Esse espírito bélico da sociedade e dos Estados por assim dizer, influenciam e determinam o meio internacional. Logo, as relações internacionais são permeadas por uma realidade conflituosa e a guerra é uma possibilidade permanente. Os dias atuais confirmam essa prerrogativa.

Outra premissa abordada no capítulo refere-se à preocupação inicial de um Estado sobre sua garantia de sua sobrevivência. Isso, em si, implica em uma teoria voltada para a defesa e segurança. O artigo também procurou demonstrar a distinção necessária entre política doméstica e política externa que incide em comportamentos distintos estatais para dentro e para fora de suas fronteiras, pressuposto extraído das contribuições de Waltz (1979).

A Geografia das Relações Internacionais pautada na intersecção entre Geografia e Relações Internacionais e que tem na Geopolítica uma ferramenta para a interpretação do sistema internacional, igualmente, recorre à escola realista para colher subsídios para sua interpretação do poder global. Resgatar alguns pressupostos teóricos e metodológicos para esse fim foi o escopo do presente estudo.

REFERÊNCIAS

BUZAN, B.; WAEVER, O. **Regions and powers**: The structure of international security. Cambridge: Cambridge Studies in International Relations, 2003.

GASPAR, C. “Waltz, Morgenthau e Aron”. **Relações Internacionais**, n. 39, 2013.

HOBBES, T. **O Leviatã**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

JACKSON, R.; SORENSEN, G. **Introdução às Relações Internacionais.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.

JAGUARIBE, H. “Prefácio”. *In*: TUCÍDIDES. **A guerra do Peloponeso**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

MACHIAVELLI, N. **O príncipe**. São Paulo: Editora Hemus, 1977.

MEARSHEIMER, J. J. **A tragédia da política das grandes potências**. Lisboa: Gadiva, 2007.

MONTEIRO, J. “Vida e obra”. *In*: HOBBES, T. **O Leviatã**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações**: A luta pelo poder e pela paz. Brasília: Editora da UnB, 2003

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.

SATO, E. “Prefácio à nova edição brasileira. Vinte anos de Crise: a obra e seu tempo”. *In*: CARR, E. H. **Vinte anos de crise (1919-1939)**: Uma introdução aos estudos das relações internacionais. Brasília: Editora da UnB, 2001.

TUCÍDIDES. **A guerra do Peloponeso**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

WALTZ, K. N. **Theory of International Politics**. London: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.